

Anexo III: Declaração do proponente, sob compromisso de honra, relativa aos critérios de exclusão e de seleção

Eu, abaixo assinado(a) [inserir nome do signatário deste formulário], em representação:

<i>(só para pessoas singulares)</i> do(a) próprio(a)	<i>(só para pessoas coletivas)</i> da seguinte pessoa coletiva:
Número de BI ou de passaporte: (“a pessoa”)	Nome completo: Forma jurídica oficial: Número de registo legal: Endereço oficial completo: Número de identificação fiscal: (“a pessoa”)

I – SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO DA PESSOA

	SIM	NÃO
(1) declaro se a pessoa supramencionada se encontra ou não numa das seguintes situações:		
(a) encontra-se em situação de falência, sujeita a um processo de insolvência ou de liquidação, os seus bens estão sob administração de um liquidatário ou sob administração judicial, celebrou um acordo com os credores, as suas atividades empresariais estão suspensas ou encontram-se em qualquer situação análoga resultante de um processo da mesma natureza ao abrigo da legislação ou regulamentação nacionais;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(b) foi confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por uma decisão administrativa definitiva, que a pessoa não cumpriu as suas obrigações relativas ao pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social nos termos do direito do país em que se encontra estabelecido ou do país em que a entidade adjudicante tem a sua sede ou do direito do país de execução do contrato;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(c) foi confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, que a pessoa cometeu uma falta grave em matéria profissional por ter violado disposições legislativas ou regulamentares ou regras deontológicas aplicáveis à profissão à qual pertence, ou por ter praticado qualquer comportamento ilícito que tenha um impacto sobre a sua credibilidade profissional, sempre que tal comportamento denote uma intenção dolosa ou uma negligência grave, incluindo, em particular, qualquer um dos seguintes comportamentos:		
(i) apresentação de forma fraudulenta ou negligente de informações falsas no que diz respeito às informações exigidas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou do cumprimento dos critérios de seleção ou de execução de um contrato,	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(ii) conclusão de um acordo com outras pessoas com o objetivo de distorcer a concorrência,	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

(iii) violação dos direitos de propriedade intelectual,	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(iv) tentou influenciar o processo de decisão da entidade adjudicante durante o procedimento de adjudicação,	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(v) tentou obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento de adjudicação;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(d) foi confirmado, por sentença judicial transitada em julgado, que a pessoa é culpada de qualquer dos seguintes atos:		
(i) fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias, estabelecida por ato do Conselho de 26 de julho de 1995;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(ii) corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia, estabelecida por ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e no artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, ou ainda na aceção da legislação do país em que a entidade adjudicante tem a sua sede ou do país em que a pessoa está estabelecida ou do país de execução do contrato;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(iii) participação numa organização criminosa, tal como definida no artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(iv) branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva 2005/60/CE do Parlamento e do Conselho;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(v) infrações relacionadas com o terrorismo ou infrações relacionadas com atividades terroristas, tal como definidas, respetivamente, nos artigos 1.º e 3.º da Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho, ou ainda instigação, cumplicidade ou tentativa de infração nos termos do artigo 4.º da referida decisão,	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(vi) trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(e) a pessoa revelou deficiências significativas no cumprimento das principais obrigações relativas à execução de um contrato financiado pelo orçamento da União, que levaram à sua rescisão antecipada ou à imposição de indemnizações por perdas e danos ou de outras sanções contratuais, ou foram detetadas na sequência de controlos, auditorias ou inquéritos por um gestor orçamental, pelo OLAF ou pelo Tribunal de Contas;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(f) foi confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, que a pessoa cometeu uma irregularidade na aceção do artigo 1.º, n.º 2, do Regulamento (CE, Euratom) n.º 2988/95;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(g) no que se refere às situações de falta grave em matéria profissional, fraude, corrupção e outras infrações penais, bem como deficiências significativas na execução do contrato ou de irregularidades, o candidato está sujeito a: <ul style="list-style-type: none"> i. factos estabelecidos no contexto de auditorias ou investigações realizadas pelo Tribunal de Contas, pelo OLAF ou pelo auditor interno, ou qualquer outra averiguação, auditoria ou controlo efetuados sob a responsabilidade 	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

do gestor orçamental de uma instituição da UE, de um gabinete europeu ou de um agência ou organismo da UE;		
ii. decisões administrativas não definitivas, que podem incluir medidas disciplinares tomadas pelo órgão de supervisão competente responsável pela verificação da observância das normas de ética profissional;		
iii. decisões do BCE, do BEI, do Fundo Europeu de Investimento ou de organizações internacionais;		
iv. decisões da Comissão relativas à infração das regras de concorrência da União ou de uma autoridade nacional competente relativas à infração do direito da concorrência nacionais ou da União; ou		
v. decisões de exclusão por um gestor orçamental de uma instituição da UE, de um gabinete europeu ou de um agência ou organismo da UE.		

II – SITUAÇÕES DE EXCLUSÃO RELATIVAS A PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS COM PODERES DE REPRESENTAÇÃO, DE DECISÃO OU DE CONTROLO SOBRE A PESSOA COLETIVA

Não aplicável a pessoas singulares, Estados-Membros e autoridades locais

(2) Declaro que uma pessoa singular ou coletiva que é membro do órgão de administração, gestão ou fiscalização da pessoa coletiva, ou que tem poderes de representação, decisão ou de controlo em relação à pessoa coletiva supramencionada (o que abrange os gestores de empresas, os membros do órgão de administração ou de fiscalização e os casos em que uma pessoa singular é titular da maioria das ações) se encontra numa das seguintes situações:	SIM	NÃO	N/A
Situação (c) supra (falta grave em matéria profissional)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Situação (d) supra (fraude, corrupção ou outras infrações penais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Situação (e) supra (deficiências significativas na execução de um contrato)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Situação (f) supra (irregularidades)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

III – SITUAÇÕES DE EXCLUSÃO RELATIVAS A PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS QUE ASSUMEM A RESPONSABILIDADE ILIMITADA PELAS DÍVIDAS DA PESSOA COLETIVA

(3) declara se uma pessoa singular ou coletiva que assume a responsabilidade ilimitada pelas dívidas da pessoa coletiva se encontra ou não numa das seguintes situações:	SIM	NÃO	N/A
Situação (a) supra (falência)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Situação (b) supra (incumprimento no pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

IV – MOTIVOS PARA A EXCLUSÃO DO PROCESSO

(4) declara se a pessoa supramencionada:	SIM	NÃO
(h) distorceu a concorrência por ter estado anteriormente envolvido na preparação da documentação do concurso relativo a este procedimento de adjudicação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

V – MEDIDAS CORRETIVAS

Se a pessoa declarar uma das situações de exclusão acima referidas, deve indicar as medidas que tomou para corrigir a situação de exclusão, demonstrando assim a sua fiabilidade. Estas podem incluir, nomeadamente, medidas técnicas, organizativas e de pessoal para impedir uma nova ocorrência, a indemnização dos danos ou o pagamento de coimas. As provas documentais pertinentes que ilustram adequadamente as medidas corretivas tomadas devem ser apenas à presente declaração. Este requisito não se aplica à situação referida na alínea d) da presente declaração.

VI – ELEMENTOS DE PROVA FORNECIDOS A PEDIDO

Mediante pedido e no prazo fixado pela entidade adjudicante, a pessoa deve fornecer informações sobre as pessoas que fazem parte do órgão administrativo, de gestão ou de fiscalização. Deve, além disso, fornecer os seguintes elementos de prova sobre a pessoa ou as pessoas singulares ou coletivas que assumem a responsabilidade ilimitada pelas dívidas da pessoa:

Nos casos previstos nas alíneas a), c), d) ou f), é exigida a apresentação de um certificado de registo criminal ou, na sua falta, de um documento equivalente emitido recentemente por uma autoridade judicial ou administrativa competente do país de estabelecimento da pessoa, do qual conste que aqueles requisitos estão satisfeitos.

Para a situação prevista na alínea a) ou b) são necessários certificados recentemente emitidos pelas autoridades competentes do Estado em questão. Estes documentos devem fornecer provas abrangendo a totalidade dos impostos e das contribuições para a segurança social que incumbam à pessoa, incluindo, nomeadamente, IVA, imposto sobre o rendimento (apenas para as pessoas singulares), imposto sobre as sociedades (apenas para as pessoas coletivas) e contribuições para a segurança social. Se qualquer destes documentos não for emitido pelo país em causa, pode ser substituído por uma declaração sob compromisso de honra feita perante uma autoridade judicial ou notarial, ou, na sua falta, por uma declaração solene feita perante uma autoridade administrativa ou um organismo profissional qualificado no seu país de estabelecimento.

A pessoa não é obrigada a apresentar os elementos de prova que já tiverem sido apresentados no âmbito de outro procedimento de contratação. Os documentos devem ter sido emitidos no máximo um ano antes da data do pedido pela entidade adjudicante e ainda devem ser válidos nessa data.

O signatário declara que a pessoa já forneceu as provas documentais para um procedimento anterior e confirma que não ocorreram alterações na sua situação:

Documento	Referência completa ao procedimento anterior
<i>Inserir as linhas que forem necessárias.</i>	

VII – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

(5) declara que a pessoa supramencionada cumpre os critérios de seleção previstos no caderno de encargos que lhe são aplicáveis individualmente:	SIM	NÃO	N/A
(a) Tem a capacidade jurídica e regulamentar para o exercício da atividade profissional necessária para a execução do contrato, tal como previsto na secção 3 do caderno de encargos;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(b) Cumpre os critérios económicos e financeiros indicados na secção 14.2 do caderno de encargos;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(c) Cumpre os critérios técnicos e profissionais indicados na secção 14.3 do caderno de encargos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

(6) Se a pessoa supramencionada foi um concorrente único ou o chefe, em caso de proposta conjunta , declaro que:	SIM	NÃO	N/A
(d) O proponente, incluindo os membros do grupo em caso de proposta conjunta, e incluindo os eventuais subcontratantes, cumpre todos os critérios de seleção que serão objeto de uma avaliação consolidada, tal como previsto no caderno de encargos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

VIII – ELEMENTOS DE PROVA PARA EFEITOS DE SELEÇÃO

O signatário declara que a pessoa supramencionada está em condições de fornecer os documentos comprovativos necessários enumerados nas secções relevantes do caderno de encargos e que não se encontram disponíveis por via eletrónica, mediante pedido e sem demora.

A pessoa não é obrigada a apresentar os elementos de prova que já tiverem sido apresentados no âmbito de outro procedimento de contratação. Os documentos devem ter sido emitidos no máximo um ano antes da data do pedido pela entidade adjudicante e ainda devem ser válidos nessa data.

O signatário declara que a pessoa já forneceu as provas documentais para um procedimento anterior e confirma que não ocorreram alterações na sua situação:

Documento	Referência completa ao procedimento anterior
<i>Inserir as linhas que forem necessárias.</i>	

A pessoa acima indicada pode ser objeto de exclusão deste procedimento e das sanções administrativas (sanções financeiras ou de exclusão) se qualquer das declarações ou informações apresentadas como condição para participar no presente procedimento se revelar falsa.

Nome completo

Data

Assinatura